

SUMÁRIO

Fundação Cuidar o Futuro

- O Parque Nacional da Peneda-Gerês:
uma oportunidade única
E.V. e Betty Komarek 1
- O PNPG:
um projecto integrado de
desenvolvimento cultural
Engº Moreira da Silva 3
- Intervenção Museológica na área
do Parque Nacional da Peneda-Gerês
Luís Manuel Mateus 5
- Arqueologia do Parque
Francisco Sande Lemos 7
- A Arqueologia no
Parque nacional da Peneda-Gerês:
notas para a leitura de um projecto
António Martinho Baptista 9
- Notícia sobre a criação do
Centro de Informação e Documentação
do Parque Nacional da Peneda-Gerês
Isabel Maria Fernandes 11

E.V. e Betty Komarek

(Tall Timbers Research Station)

O Parque Nacional da Peneda-Gerês tem oportunidade única não só para protecção de plantas e animais desejáveis, além de possuir uma beleza única mas também para manter totalmente uma nova espécie do Parque Nacional que fundirão estes requisitos fundamentais com as importantes e fascinantes práticas culturais provindas de uma contínua ocupação humana durante centenas de anos. Contudo, vamos examinar o futuro do Parque em relação às "Paisagem Natural", uma combinação de tudo o anteriormente exposto. Depois, examinaremos a possível conduta necessária para manter este "estado natural", que ano a ano está a ter um valor cada vez maior.

A Paisagem Cênica é da maior importância uma vez que foi este "estado natural" que nos impressionou a nós e a todos os outros que examinaram esta região, mesmo apesar de ter sido ocupada por, pelo menos, sete tipos diferentes de cultura humana, por mais de 5 000 anos. A actividade agrícola e a pastoreação, assim como as aldeias, combinam-se tão esteticamente com a paisagem, que é tanto uma paisagem "natural" permanente como também o são as montanhas e os vales, as plantas e os animais. Achamos que o Parque perderia muito do seu interesse e encanto não só para nós mas para todos em geral, se apenas fosse orientado para as flores, árvores e animais. Se assim acontecesse, tornar-se-ia um outro Parque Nacional e não uma experiência única.

No aspecto da "Paisagem Humana" examinamos indelével marca que o homem deixou nas paisagens através dessa longa ocupação de longos períodos. As pessoas que viviam nessa região tinham de se alimentar e reparámos que a base da cultura é a agricultura. Isto é tão auto-evidente e tão familiar que é geralmente negligenciado. Há três factores de maior importância nesta ocupação humana: a pastoreação, as colheitas e as indústrias aldeãs. A pastoreação da vegetação natural, prática já antiga, é estudada, particularmente em relação aos métodos para manter tais paisagens. Também é descrita a importância do adubo em relação à fertilidade da terra incultiva.

A exploração da colheita é considerada detalhadamente uma vez que tal como a pastoreação, tem resistido durante centenas de anos, sem aparentemente causar qualquer prejuízo material quer ao solo quer aos recursos aquáticos. E actualmente permanece como uma parte da "Paisagem Cênica" e num "estado natural". As encostas das montanhas em forma de terraço e os vales são um tipo permanente de lavoura orgânica que é agora chamado Perma-Cultura (cultura permanente), e isto tem sido assim há anos e as correntes de água ainda correm límpidas por vales e campos e sem qualquer sedimento material. Assim, a agricultura praticada na região do Parque Nacional ainda daria uma lição ao resto do mundo, sobretudo na utilização apropriada do solo, da água, dos animais, adubos e compostos de plantas.

As aldeias em si devem ser consideradas em relação a esta "Paisagem Cênica", o que desejamos por termos consciência do impacto que as suas "indústrias aldeãs" possam ter tido ou ainda tenham no meio-ambiente. Assim, perguntamos: será possível que tivessem existido florestas exten-

tensas que fornecessem não só madeira mas resina de pinheiro e alcatrão para impermeabilização e calafetagem de navios com os quais Portugal do d'ominou o mundo do século V ao VII? Quanta vegetação natural não foi utilizada para fazer carvão vegetal, pês, mesmo naturalmente a fusão ferro e bronze para os Celtas! Perguntamos, não foram fornecidas tábuas de carvalho para fazer os cascos de barril para o vinho do Porto? Que outras "indústrias aldeãs" não seriam necessárias e que espécies de madeira não seriam seleccionadas? Nós pomos em evidência que todas estas indústrias "aldeãs" foram altamente selectivas nos seus requisitos em relação às espécies, qualidade, etc., da vegetação. É interessante registar que o fogo era sempre usado de alguma maneira pela maior parte das "indústrias de aldeia" em todos os seus processos.

A "Paisagem da Vida Selvagem" é também considerada como importante dada a longa história da região, no aspecto de ter sido "refúgio" de plantas e animais e possivelmente também do homem durante a grande Idade do Gelo do passado. Assim, a região possui remanescências de plantas e animais provenientes mais do norte dos que vieram do sul. Deste modo, devem ser tomadas medidas especiais para proteger e aumentar estas últimas.

Ao longo deste grande período tomado em consideração, o fogo foi um factor originado inicialmente por relâmpagos ou outras causas naturais. Depois, a partir dos primeiros homens que ocupam a região o fogo tornou-se, de modo crescente, um instrumento cada vez mais util. Desde as nossas primeiras visitas demos conta que a "Paisagem Cênica" mais não era do que uma "Paisagem de Fogo" - um mosaico de fogo de intervalos diferentes, intensidades diferentes, em diferentes tempos do ano, junto com áreas de exclusão de fogo por barreiras mais ou menos naturais ou feitas pelo homem.

Concluindo, chegamos à tão desejada "Paisagem Natural". Uma combinação de Paisagens Cênica, Humana e de Vida Selvagem que tem de ser mantida de qualquer modo, se possível, para o futuro. Estamos conscientes de que o que vemos hoje não é apenas a paisagem primitiva mas uma paisagem que foi mudada e, em muitos casos, essa mudança foi feita permanentemente pela longa ocupação do homem. Sublinhamos que por felizes circunstâncias a ocupação humana produziu essas qualidades cénicas, essas qualidades estéticas que tanto impressionam a humanidade.

A administração do Parque já tem um excelente ponto de partida ao reconhecer as muitas paisagens por nós mencionadas e por repartir o Parque em Reservas Naturais, Reservas Integrais e áreas Pré-Parque.

Discutimos o fundo da questão mantido hoje pelos velhos pastores, camponeses e aqueles que trabalham nas indústrias de vilas, ou seja, a acumulação de longa experiência. Se o Parque pretende cumprir as suas únicas finalidades tem de obter desde já esta informação. A pressão da civilização moderna já se sente na região e intensificar-se-á. Não devemos perder este acumulado conhecimento de séculos que já se está a escapar a medida que escrevemos.

Esta informação é necessária para manter e desenvolver esta "Paisagem Natural" que a humanidade ambiciona. Hoje isto é evidente através da expansão enorme de parques e reservas nacionais que se verifica em todo

o mundo. Esta qualidade de paz, calma e saudade que surge daquilo a que chamamos "um estado de naturalidade" é difícil de definir pois é uma qualidade de experiência. A Peneda-Gerês tem uma oportunidade única não só para defender isto mas também para o manter. É um trabalho duro. Como defensores das riquezas naturais e matas e, profundamente interessados nesta qualidade de um "estado de naturalidade" e do seu efeito no homem, nós estamos muito gratos por que tal área - o Parque Nacional da Peneda-Gerês - exista onde a humanidade e a paisagem natural e fundamental se tenham saudado mutuamente e nisto tenham desenvolvido um dos melhores ecossistemas do mundo. Poderão a civilização moderna e o homem moderno encontrar os meios para que isto continue?

(tradução livre da carta enviada ao
Eng. Moreira da Silva pelo Prof. Komarek - apresentada
no I Colóquio dos Amigos do Parque)

O PNPG — Projecto integrado de desenvolvimento cultural



- a) Conservação de espécies, ecossistemas e paisagens;
- b) Aproveitamento dessa conservação para estudos científicos;
- c) Usufruição dessa conservação, fornecendo aos visitantes benefícios culturais e recreativos.

Sabemos que o nosso Parque Nacional é alvo de críticas e reticências porque não se garante a «conservação» num sentido restrito do termo dado que é permitida a exploração dos recursos naturais em quasi todo o seu território pela prática da pastorícia. Poderá pôr-se desde já em dúvida a justeza destas afirmações pois trata-se de um ecossistema humanizado, mas em equilíbrio. Se a influência humana deixasse de se fazer sentir, rompia-se o equilíbrio e processar-se-ia a degradação.

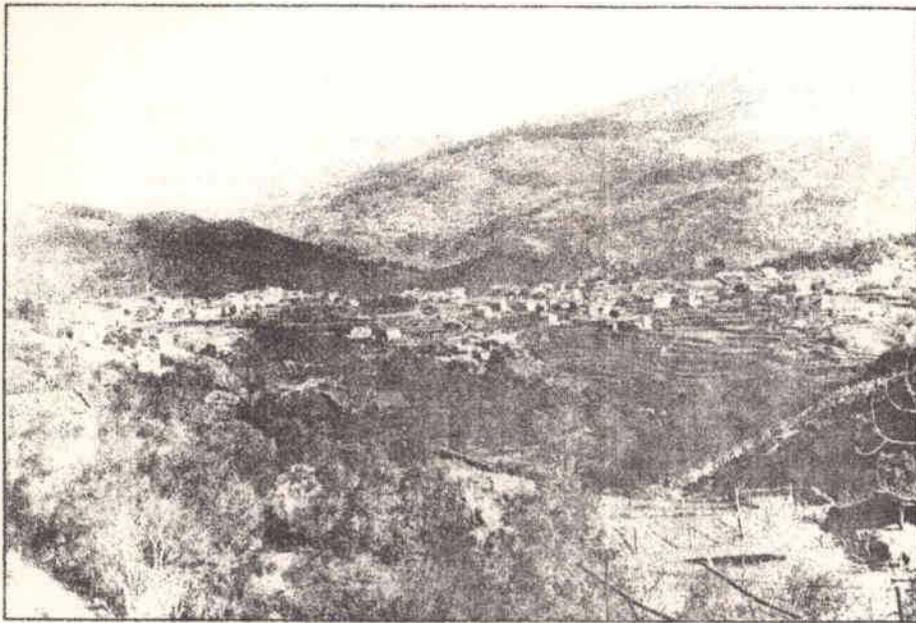
A par de ser uma reserva ecológica onde, numa vasta área, as espécies botânicas e zoológicas, pela sua variedade, riqueza e raridade merecem especial protecção, possui o P.N.P.G. um notável conjunto de belezas paisagísticas com surpreendente diversidade marcada por uma gama de micro-climas e ainda uma série mal conhecida de marcos históricos, desde o primitivo megálito, marca indelével duma ocupação humana durante mais de 50 séculos.

No Pré-Parque, a par duma paisagem fortemente humanizada florescem, como cúpula dum sistema integrado, culturas autóctones cujo conhecimento nos conduz

A Associação Cultural «Os Amigos do Parque Nacional da Peneda-Gerês» enceta com a publicação deste primeiro número da sua revista uma actividade do maior interesse para a divulgação do nosso Parque Nacional sob os seus múltiplos aspectos.

A direcção da Associação convidou-me, amavelmente, para escrever uma nota que pretenda poder contribuir para o melhor conhecimento do P.N.P.G. como polo de desenvolvimento duma vasta região do nosso País.

Pelo conceito internacional de Parques Nacionais, definido na Assembleia Geral da União Internacional para a Conservação da Natureza, de Nova Delhi, em 1969, para um território poder ser classificado como tal, terá de obedecer às seguintes condições fundamentais: ampla extensão, conteúdo notável, regime de protecção, criação e gestão pela autoridade competente do respectivo País e turismo autorizado. Condições que abarcam os três objectivos dum Parque Nacional:



Arquivo do FNPC

a um mundo «novo» de filosofia milenária de vida e nos apontam pelas suas soluções, pistas correctas tanto no campo social como político. Estes aspectos especialmente raros noutros Parques Nacionais, fazem-nos levar a pensar como alguns especialistas estrangeiros que nos têm visitado que o P.N.P.G. é, potencialmente, um dos mais promissores do mundo inteiro. Pelo exemplo que ele encerra deve pôr-se em causa o próprio conceito de Parque Nacional, dando-lhe um dinamismo mais de acordo com uma realidade que não pode ser ignorada, pois na maior parte deles o Homem também fez ou faz parte integrante do Ecossistema.

Aos problemas que todos os outros Parques Nacionais têm para encontrar justo equilíbrio entre as acções de sinal contrário a que está sujeito e que são, por um lado, a conservação e, por outro, o impacto dos visitantes sobre a Natureza, devemos acrescentar o especial esforço que é necessário e urgente fazer no sentido da promoção sócio-económica da população residente evitando que tal origine uma degradação significativa quer da paisagem quer do valor cultural e histórico dos seus usos e costumes.

O impacto dos visitantes num Parque Nacional pode criar sérias dificuldades à administração que pretende salvaguardar, para as gerações vindouras, um património que justificou a sua criação. Mas, num Parque Nacional com as características do nosso, a acção desses visitantes junto das populações pode dar origem a desequilíbrios muito mais perigosos e de recuperação difícil ou impossível.

Não sendo viável dar a todos esses visitantes, com garantias de êxito, o conhecimento suficiente para que adquiram a necessária humildade para entrarem cautelosamente num mundo que lhes é desconhecido, evitando que as populações

residentes, sejam frequentemente agredidas por uma sociedade de consumo que atemorizando-as até certo ponto, não deixa de as aliciar, penso que só robustecendo o conhecimento da mais valia dos seus próprios valores culturais elas possuirão as armas convenientes para a sua defesa.

Assim a promoção sócio-económica das populações residentes com o objectivo de perpetuar os recursos naturais, evitando, ao visar o lucro imediato, a sua delapidação, passa necessária e prioritariamente pelo desenvolvimento cultural.

Entender com profundidade estas populações de montanha, as suas origens, a sua evolução em função do meio, as suas identidades culturais, as suas opções sociais e económicas:

— encontrar os «porquês» dessas suas opções;

— averiguar tendências do seu desenvolvimento, detectando potencialidades e estrangulamentos;

— levar ao seu conhecimento o resultado das investigações feitas no seu meio, são acções que se enquadram no objectivo atrás referido e devem ser levadas a cabo, cautelosamente, com participação activa dos interessados.

Este é, a meu ver, o mais importante e prioritário papel do P.N.P.G. como polo de desenvolvimento da região em que está inserido, estando a dedicar-se-lhe o melhor esforço para a sua efectivação.

Estou convicto que o Parque Nacional só o será de facto não enquanto for considerado como um belo território administrado exclusivamente para usufruto dos que ali se deslocam para gozarem as belezas «naturais» que, para os que lá vivem, são «naturalmente» madrastras e tão difíceis de dominar e aproveitar, mas quando as populações residentes o sentirem como

seu, e assim o defenderem, recebendo como amigos e hospitalidade surpreendente, cientistas, passantes e turistas, num respeito pelos interesses de cada um que, apesar de diversos, se casam no objectivo comum de se enriquecerem pelo conhecimento mútuo.

A não ser que, comodamente, restringamos o P.N.P.G. à sua zona de protecção que corresponde a pouco mais de um quarto da sua área total e abandonemos as populações residentes no Pré-Parque à sorte que sempre tiveram e cuja única perspectiva é neste momento, enquanto a for, sujeitarem-se pela emigração a uma existência sub-humana nos países ditos mais desenvolvidos.

Desprezariamos também uma oportunidade única de desenvolver num território concentrado e especialmente privilegiado como o do Parque Nacional uma investigação séria e profunda que interessando à partida a pouco mais de uma dezena de milhar de portugueses poderia ser extensiva a centenas de milhar que se encontram «perdidos» nas zonas mais deprimidas do nosso País e daria certamente um frutuoso exemplo para benefício de toda a Humanidade.

Eng. Moreira da Silva

(extraído da revista
"Giesta" nº 1)

INTERVENÇÃO MUSEOLÓGICA NA ÁREA DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS

O Parque Nacional da Peneda-Gerês, o seu projecto, enquanto projecto de desenvolvimento global de um território, que contemple de forma integrada as áreas do cultural, do social e do económico e que assuma a relação crítica e criativa do homem com o seu espaço e a sua história — única forma de evitar desequilíbrios ecológicos irreparáveis ou vazios culturais igualmente empobrecedores —, implica necessariamente uma atenção primordial aos aspectos do desenvolvimento cultural, já que é a esse nível que se podem institucionalizar os mecanismos da dinamização e da avaliação permanente de todo o processo.

Como instrumentos do desenvolvimento cultural, os museus podem desempenhar um importante papel na concretização do projecto do Parque Nacional da Peneda-Gerês, quer como suporte da procura de uma nova e necessária consciência rural — eventualmente de uma consciência de parque nacional —, quer ainda como apoio à relação especial que se pretende promover entre esse território e a população que o visita.

Assim:

Na perspectiva da conservação do património cultural e da institucionalização de mecanismos culturais de dinamização e avaliação permanente do processo de desenvolvimento das populações locais, os museus a constituir devem, por um lado, ser entendidos na sua função específica, como locais destinados a recolher, estudar e apresentar conjuntos documentais devidamente referenciados e interpretados e, por outro lado, como espaços culturais muito participados pelas populações nos vários aspectos da sua criação, organização e funcionamento e, desse modo, constituírem não só um reflexo estático de situações mas, também, um instrumento crítico da sua transformação.

No estudo e divulgação do conteúdo do território da Peneda-Gerês, os museus devem ser organizados de modo a constituírem centros de documentação e informação para apoio aos vários programas de investigação a desenvolver e, também, como locais em que se interpretem e comuniquem os resultados desses trabalhos.

Numa outra perspectiva, mais globalizante, a ideia do Parque Nacional da Peneda-Gerês, pela diversidade dos valores que contempla, coincide com um conceito de REGIÃO-MUSEU que deve assim informar todas as acções de conservação, estudo, valorização e divulgação a empreender.

Concretamente, prevêem-se três níveis de intervenção, complementares entre si, em que se procura articular um diálogo entre as populações locais e os visitantes do Parque e a que correspondem outros tantos tipos de unidades museológicas de diferente complexidade e dimensão:

num 1º nível, prevêem-se a criação de MUSEUS DE LOCALIDADE, muito participados pelas populações em todos os aspectos

da sua criação, organização e funcionamento, onde se recolham colecções variadas de âmbito local e que constituam centros motivadores de uma actividade cultural intensa;

num 2º nível, prevê-se a criação de MUSEUS ORGANIZADOS POR ÁREAS DE INVESTIGAÇÃO E/OU POR ÁREAS GEOGRÁFICAS, ECOLÓGICAS E CULTURAIS, que constituam o apoio necessário aos vários programas de estudo, onde se recolham colecções especializadas e em que se apresentem sínteses interpretativas.

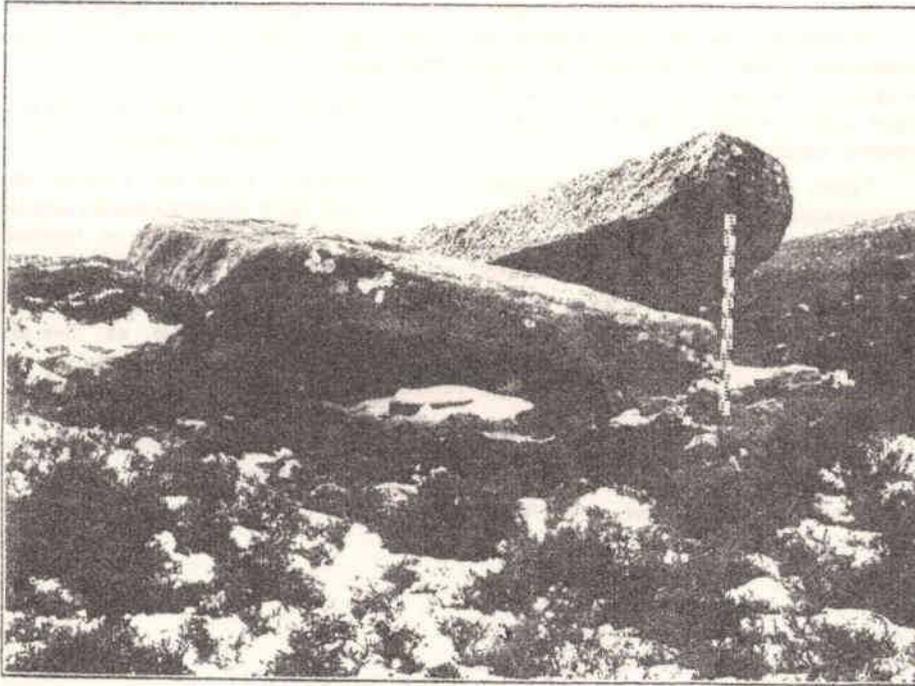
num 3º nível, considera-se, finalmente, o grande MUSEU AO AR LIVRE constituído pelos locais de interesse distribuídos pelo território da Peneda-Gerês, organizado por meio de percursos temáticos, trilhos guiados, painéis interpretativos e outras informações complementares devidamente localizadas, apoiado por uma exposição de síntese a instalar eventualmente na sede do Parque Nacional.

A base de todo este esquema, na perspectiva do modelo de desenvolvimento apontado, é, sem dúvida, o MUSEU DE LOCALIDADE que convém aqui caracterizar melhor nos seus aspectos mais relevantes:

Os MUSEUS DE LOCALIDADE — e a designação de "museu" pode não ser sempre a mais própria para designar essas instituições — devem constituir-se essencialmente como memória das comunidades e como um espaço, não necessariamente físico onde elas possam reflectir sobre si mesmas, sobre a sua história, sobre o seu futuro.

Os MUSEUS DE LOCALIDADE podem constituir-se a partir de uma, qualquer, reflexão sobre a vivência e o património cultural local, eventualmente a partir de uma recolha de objectos ou outros valores que essa comunidade, enquanto tal, possui — podem constituir-se com base na recolha e organização de uma colecção sistemática de velhas alfaias agrícolas, de fotografias antigas, de narrativas tradicionais ou de quaisquer outros elementos culturais locais; mas podem partir também de uma colecção de objectos heterogêneos ou simplesmente de uma reflexão sobre a aldeia, sobre a festa ou sobre qualquer outro aspecto da vivência colectiva local —; podem desenvolver-se nas formas mais diversificadas de organização, instalação e apresentação — podem surgir da actividade de um grupo já constituído dentro da comunidade (os alunos da escola, o grupo de danças ou a comissão da festa) e podem também ser iniciados por um grupo que se constitua para o efeito; podem instalar-se num edifício notável, espalhar-se um pouco por todo o espaço da aldeia ou nem sequer possuir um espaço caracterizadamente próprio; podem assumir a forma relativamente estável de uma colecção, de uma exposição ou de um arquivo, mas também podem constituir-se simplesmente como um conjunto de actividades —; no entanto, devem surgir sempre muito ligados às comunidades, concebidos, organizados e utilizados por elas, numa acção que vise repor as práticas tradicionais, hoje em regressão, da associação entre as pessoas para a concretização de objectivos de interesse comum.

Arqueologia do Parque



Mamoa com anta, no planalto de Castro Laboreiro.

1. Em 1978 por iniciativa do Parque Nacional da Peneda-Gerês, foi assinado entre esta entidade e a Universidade do Minho, um protocolo de colaboração no domínio da arqueologia. Com o apoio entusiasta do staff do Parque, e em particular do seu director, o Eng.^o Moreira da Silva, a Unidade de Arqueologia pôde desenvolver uma actividade regular que em breve atingiu um ritmo e uma tal dimensão, que, passado 1 ano, se considerou necessário organizar uma equipa própria¹. Reunindo os dados do trabalho realizado, as observações feitas no decurso de inúmeras deslocações e informações bibliográficas e outras, julgamos possível, em poucas páginas esboçar um quadro sucinto dos grandes conjuntos em que se divide o rico e variado património arqueológico do Parque, assim como referir as principais questões que se relacionam com o seu estudo, conservação e valorização. Não é pois um artigo com ambições de carácter científico estrito. Trata-se apenas de um breve contributo para a divulgação, em primeiro lugar, e, em segundo, a proposta de critérios para definição, de uma política arqueológica.

2. O Parque Nacional abrange um conjunto de regiões bem definidas, com características culturais e paisagísticas, que devido ao seu isolamento, conservam numerosos e significativos testemunhos,

da sua história natural e humana. São áreas privilegiadas para a recuperação do passado para o conhecimento das comunidades que ocuparam sucessivamente aqueles espaços e dos ambientes em que se inseriram e que modificaram. A arqueologia, pela inventariação dos monumentos e vestígios existentes e pelo seu estudo exaustivo, tem um papel fundamental não apenas para o conhecimento da pré-história mas inclusivé para o da época histórica, pois que são regiões em que a escrita tem pouco peso. Em estrita articulação com a arqueologia terá de haver a reconstituição dos ambientes antigos através da geologia e da paleontologia (em particular a palinologia).

3. No quadro da pré-história, as zonas mais altas das serras da Peneda, Amarela e do Gerês, conservam vestígios das acções glaciares que ocorreram durante a última fase do Quaternário, contemporâneas da glaciação do Worm, provavelmente dos seus episódios mais frios (paleolítico superior)². Tratando-se de depósitos glaciares, flúvio-glaciares e de vertente, não é muito provável que se encontrem com facilidade indústrias (conjuntos de utensílios líticos). Não é porém impossível que venham a ser localizados artefactos do quaternário do Noroeste português, o que seria importante, mesmo que retransportados. Nesta perspectiva o prof. Gaspar de Carvalho (U.M.)³, pro-

pôs recentemente a realização de sondagens nos campos do Gerês (S. João do Campo). Independentemente dos resultados de tais pesquisas, o desenvolvimento do estudo do quaternário recente das serras do Parque será um importante contributo para a organização do quadro climático e crono-estratigráfico, do quaternário do Noroeste português.

4. Ainda no quadro da pré-história, mas já de uma época mais próxima, num âmbito cronológico impreciso mas que se situa entre o neolítico e o calcolítico, surgem os primeiros vestígios seguros e evidentes de ocupação humana. Trata-se de conjuntos de mamoas, monumentos que se inserem no chamado megalitismo e que segundo a opinião generalizada terão sido necrópoles. Conjuntos de mamoas foram identificados em todas as zonas do Parque:

- No planalto de Castro Laboreiro onde se situa o núcleo mais numeroso. Em Setembro e Outubro de 1978 uma equipa realizou o seu inventário cartográfico. Através do estudo estatístico dos dados chegou-se a algumas conclusões curiosas sobre a sua distribuição, topografia e geomorfologia⁴. Na Serra da Peneda.
- Na serra do Soajo, na zona do Mesio.
- Na serra Amarela, na área de Britelo, alguns grupos.
- Na serra do Gerês, nos Campos do Gerês e no Borrageiro.
- No planalto da Moura e nos campos de Tourém.

A presença destes monumentos, cujo grau de conservação é variável, demonstra a ocupação humana das serras numa paisagem que desconhecemos.

O número, a variedade aparente dos tipos, a diversidade das situações geomorfológicas justificam que no domínio do megalitismo o Parque organize um plano de pesquisas, projectado a longo prazo.

- Localização cartográfica exacta.
- Topografia dos monumentos.
- Escavação serena e metódica dos que proporcionam melhores condições, em ordem a conhecer:
 - o processo de construção;
 - os vestígios culturais;
 - o ambiente (através da recolha de pólenes em estratos selados).

Para completar esse projecto será indispensável organizar prospecções orientadas para a possível localização dos habitats.

5. Se a pré-história, ou pelo menos uma das suas épocas, está bem documentada, já o mesmo não se verifica no que diz respeito à proto-história (Bronze e Ferro). De facto a maioria dos povoados que visitamos são muito posteriores. O mais provável contudo é que a extensão progressiva das prospecções venha liquidar esse vácuo.

Na Calcedónia, monte do flanco Oeste da serra do Gerês, são visíveis construções circulares o que poderá corresponder a uma ocupação pré-romana. No entanto, os materiais arqueológicos aí recolhidos não são suficientemente característicos, ilustrando apenas a presença romana.

No Castro do Outeiro, sobranceiro ao Cávado e vizinho da povoação do mesmo nome (concelho de Montalegre) acharam-se jóias (torques) que habitualmente são atribuídos à cultura castreja.

6. A romanização deixou vestígios dispersos por diversas zonas do Parque, destacando-se o conjunto monumental constituído pelo troço da via militar entre as cidades de Bracara Augusta (Braga) e Asturica Augusta (Astorga). Dessa via subsiste o seu traçado, alguns trechos do seu pavimento, grupos de miliários (4) possivelmente na sua posição original, e ruínas de três pontes.

O estudo, já iniciado, daquela via romana irá contribuir para o conhecimento da técnica da engenharia romana². Contudo, esse projecto terá um valor restrito. Para definir o alcance e as repercussões da romanização é indispensável estudar outro tipo de monumentos directamente relacionados com as comunidades. Neste aspecto oferece particular importância o estudo dos vestígios existentes em S. João do Campo, bem como a determinação da romanização do vale do Lima, onde se achou (Ermita) uma lápide de influência romana, e onde parecem existir troços de caminhos romanos.

7. É, aparentemente, de um fundo romano cujos contornos estão por definir que emerge um conjunto de povoados dispersos pelas zonas do Parque, uns já conhecidos pela bibliografia, outros ultimamente identificados. Estes povoados podem ser provisoriamente agrupados tendo em conta analogia evidente entre si:

— o modo de construção das habitações (aparelho grosseiro de grandes blocos graníticos);

— a forma das construções e o modo como se articulam sendo reconhecíveis arruamentos.

Quanto ao espólio, as recolhas de superfície revelam fragmentos de tijolo e telha de «feição» ou «tradição» romana bem como cerâmica comum de caracterização difícil.

Podem ser incluídos naquele grupo de povoados os seguintes: em Castro Laboreiro, o das Infantas e o que se situa a nascente do Castelo; na área de Lindoso, o de Cidadelhe; no Gerês, o de Chelos; em Montalegre, o de Pitões da Júnica. Outros virão certamente a ser identificados.

Apenas o de Castro Laboreiro (a nascente do castelo) foi objecto de um estudo mais profundo, realizado pelo arquitecto Roberto Leão que fez o seu levantamento integral, embora ainda não publicado⁶.

O estudo destes povoados, cuja latitude cronológica será variável, mas que poderão ter raízes medievais, exige um projecto específico, tanto mais que é provável serem a origem das actuais comunidades.

Em relação com esta problemática está o estudo dos castelos (Castro Laboreiro e Lindoso) bem como do Convento de Fátima da Júnica.

Na mesma ordem de pesquisas terá de ser feito o levantamento e a determinação cronológica, se possível, de uma rede de caminhos calcetados e de pontes, de que existem vestígios um pouco por todo o lado, mas que assumem maior densidade nos vales de Castro Laboreiro e na vertente Oeste da serra Amarela.

8. Finalmente a arqueologia terá de colaborar estreitamente com a antropologia cultural nos inventários das numerosas e diversas construções espalhadas pelas serras e pelos planaltos, e que se relacionam com o pastoreio: são os abrigos, são os currais, são os muros de delimitação de pastagens, etc.

Com o declínio da economia tradicional aqueles monumentos tendem rapidamente a arruinar-se, como podemos constatar no decurso de deslocações pelos caminhos de montanha. Se será difícil a sua manutenção integral é pelo menos possível o seu registo. Complementarmente haverá que registar e conservar diversas construções relacionadas com a arqueologia industrial nomeadamente os moinhos de água.

9. Evocámos brevemente os contornos de um mundo arqueológico extenso e diversificado. No Parque, ao contrário de outras regiões do país, existem a

vontade, os mecanismos e os meios que permitem o inventário, o estudo, a conservação e a valorização dos testemunhos arqueológicos. De imediato convém fazer o inventário exaustivo. Isto por três razões:

— primeiro, porque será fácil programar a actividade futura;

— segundo, porque será possível dar a conhecer às comunidades actuais os testemunhos da sua história, melhor forma de os defender;

— terceiro, porque será assim mais fácil responsabilizar as diversas entidades pela continuação do trabalho e pela conservação dos monumentos, pondo em acção nomeadamente os mecanismos legais que os protegem.

Dezembro de 1979

Francisco Sande Lemos

(extraído da revista "A revista" n.º 1)

1 O seu responsável actual é o arqueólogo António Martinho Baptista.

2 Ainda que houvesse referências anteriores, o primeiro estudo de conjunto deve-se a Genevieve Coude-Gaussen «Les serras da Peneda et du Gerês» (Minho — Portugal) — Formes et formations d'origine froide en milieu granitique.

3 Geólogo, professor da Área das Ciências da Terra, da Universidade do Minho.

4 O relatório do trabalho está em curso de elaboração.

5 O relatório dos trabalhos já foi realizado e enviado ao Parque Nacional da Peneda-Gerês e à Secretaria de Estado da Cultura.

6 O arquitecto Roberto Leão, arqueólogo amador, tem vindo a realizar um trabalho regular de escavação, quer no castelo de Castro Laboreiro quer no que lhe fica a Nascente.

0. A assinatura em Fevereiro de 1978 de um protocolo entre o P.N. e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho permitiu o arranque dos trabalhos arqueológicos na até então pouco prospectada área do P.N. A quantidade e a importância das estações a partir de então reconhecidas ou descobertas impuseram de imediato a contratação por parte do P.N. de um arqueólogo, que iniciou os seus trabalhos em Julho de 1979. Isto bastaria por si só para justificar a importância que o P.N.P.G., enquanto projecto de cultura e progresso, concede aos inúmeros vestígios arqueológicos existentes na sua vasta área de 70000 hectares de jurisdição e à sua correcta interpretação científica. no entanto, a arqueologia é apenas um sector, talvez dos mais significativos em termos de opinião pública pela monumentalidade de que se podem revestir alguns achados, do leque de opções que devem caber, enquadrar e impor o P.N.P.G., como aliás o reconhecia o Decreto-Lei nº519-C/79 do V Governo Constitucional.

Não vamos agora seriar o que de significativo se conhece já no domínio arqueológico do P.N., pois isso tem sido feito quer através de exposições, quer em algumas publicações. Tal não interessaria também ao debate que se seguirá. Optamos por vos sumariar alguns dos mais aliciantes projectos neste domínio, formulados ao longo das observações feitas nos nossos primeiros 10 meses de trabalho no P.N., alguns dos quais já em fase de arranque.

1. O Megalitismo e o estudo dos paleoclimas

Não foi até ao momento feita qualquer recolha polínica sistemática e em extensão, que nos permita conhecer as variações climáticas da nossa pré-história recente - períodos Atlântico, Sub-boreal e primeira fase do Sub-Atlântico para a Península e concretamente para Portugal continua a usar-se um pouco acriticamente a clássica periodização de Blitt e Sernander para a Europa do Norte, agora recentemente adaptada para a Europa Central a partir das suas variações cronoestratigráficas nas costas Atlânticas e mediterrâneas francesas. Sabemos que no P.N. se cruzam actualmente três grandes zonas climáticas: a Atlântica, a Mediterrânea e a Continental, o que lhe confere uma grande originalidade, expressa por exemplo, numa certa variedade microclimática que delimita pequenas regiões naturais, conceito particularmente importante para o estudo sistémico de uma determinada área.

Conhecem-se actualmente no P.N. cerca de 200 mamoa (e muitas haverá ainda por descobrir), a maior parte delas já violada na sua parte central, a câmar dolmênica, mas quase todas intactas na sua estrutura envolvente, a mamoa propriamente dita. Por todo o país, muitos destes monumentos foram escavados apenas com o intuito de se lhes recolher o espólio da cultura material, ou em casos mais raros com a intenção de se estudarem as suas técnicas de construção ou a possível "desmontagem" dos ritos funerários neles praticados. E por isso se pouparam as mamoa. Ora, sob estas mamoa repousa intacto um solovírgem, pelo menos desde a época da sua construção que não vem para cá da Idade do Bronze. É nesse solo que se deve de imediato trabalhar, recolhendo amostras selectivamente em 5 ou 8 mamoa de cada zona, facilitando assim a elaboração de diagramas

policlímicos e climáticos que, para além da grande importância que terão para a análise policlimática de todo o Norte de Portugal, poderão mesmo, conjugados com outros meios arqueológicos, contribuir para uma maior precisão cronológica destes monumentos (devemos ressaltar os trabalhos pioneiros já encetados neste domínio por V. Oliveira Jorge em mamoadas da Serra da Aboboreira.)

Este trabalho deverá ser complementado de imediato com o levantamento topográfico de todos estes monumentos no interior do P.N., para finalmente, seleccionados alguns ainda intactos ou pouco violados (caso de algumas mamoadas do planalto de Castro Laboreiro) neles se realizarem rigorosas escavações arqueológicas.

2. Arte Rupestre

Este domínio, para nós um dos mais aliciantes da pré-história das sociedades humanas, ao qual dedicamos já alguns anos de trabalhos, especialmente no estudo do Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo, pode de novo ser por nós retomado depois de termos descoberto as importantes gravuras rupestres da Bouça do Colado (Parada, Lindoso). É o campo da mentalidade e do "grafismo" ideológico-religioso.

A elaboração em curso da exaustiva monografia desta estação arqueológica do P.N., para a qual concorre desde já um rigoroso levantamento de campo, fará ressaltar a fragilidade do estudo das nossas estações do grupo-português, matéria em que o P.N., onde certamente haverá mais estações, poderá ter igualmente um papel pioneiro. Com efeito, da maior parte das pedras insculturadas do nosso país não há sequer bons desenhos ou fotografias, delas não há qualquer topografia - um elemento desprezado até aos levantamentos da arte do vale do Tejo e que é importantíssimo para uma visão espacial e distributiva dos motivos - pelo que é urgente o seu reexame à luz de nova metodologia, tarefa que no P.N. já se ensaia.

Fundação Cuidar o Futuro

3. Arqueologia Medieval

Matéria em que, sendo o nosso país tão rico, tem sido talvez a mais desprezada. Será abusivo invocarmos de novo o termo pioneirismo ao focarmos o estudo das "aldeias abandonadas" do P.N. e o seu estudo estrutural? Com efeito, estes povoados, abandonados em diferentes momentos da Idade Média, alguns com um contexto arqueológico particularmente rico, como no caso de Juriz (Pitões das Júnias, Montalegre) nas fraldas da Serra do Gerês - aldeia velha abrigada, vias medievais, mosteiro românico, aldeia nova desabrigada - permitem um estudo aliciante onde se combinam a "arqueologia dos solos" e a "arqueologia dos textos" no fazer a história. E vêm à memória os velhos problemas do armamento, da demografia medieval... para os quais pouco ou nada se tem recorrido à arqueologia.

4. A toponímia

Embora sem formação filológica, não podemos desde logo deixar de dar a devida importância à recolha da toponímia do P.N., precioso auxiliar do processo arqueológico. Observando nas nossas deslocações pela serra, que grande parte dos topónimos não estavam sequer seriados na cartografia militar da esc. 1:25000, e conservando o P.N. ainda uma complexa rede de topónimos de cunho popular, embora em alguns sítios já em desagregação, elaboramos um projecto de formação de um Corpus da toponímia do P.N. Para esta tarefa que contamos terminar até 1983, foi criada uma ficha onde cabem a fixação cartográfica do topónimo, a sua explicação popular e erudita, a sua dicção popular - normalmente gravada - e evidentemente todos os elementos administrativos com vista a futura publicação de um "roteiro toponímico do P.N.:P.G."

5. A Carta Arqueológica do P.N.P.G.

Sendo esta a tarefa que permitiu em primeiro lugar o nosso ingresso no P.N., agora objecto de um repensar metodológico. A total falta de espaço não nos permite aqui explanar o que sobre este tema pensamos. Há cartas arqueológicas de Portugal em projecto, e cartas de regiões em execução. A sua metodologia nunca foi objecto de discussão especializada e os seus critérios de trabalho andam sempre ao sabor da política orçamenam de momento, elementos negativos que individualizam uma correcta concretização do projecto. Neste momento, e resumindo, defendemos para o P.N. uma urgente e cuidada prospecção de toda a sua área, e uma conveniente (e se possível uniformizada) catalogação de todas as estações arqueológicas conhecidas ou detectadas, desde a pré-história mais remota até à moderna arqueologia industrial. Salvo casos urgentes de escavações ameaçadas ou de projectos específicos como os atrás sumariados, a escavação não deverá retirar a prioridade ao inventário e cartografia. E é este um dos projectos principais a que neste momento se dedica a pequena equipa de arqueologia do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

António Martinho Baptista (arqueólogo do P.N.P.G.)

NOTÍCIA SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS

Fundação Cuidar o Futuro

"Para que muitos para se informar,
necessitem de ler pouco..."

E. J. Crane

Na linha directora que vem seguindo, o Parque Nacional da Peneda-Gerês julgou necessário criar um Centro de Informação e Documentação. Finalidade: possibilitar aos interessados um fácil acesso às fontes documentais.

Todos temos conhecimento da existência de documentos concernentes à área do Parque Nacional da Peneda-Gerês: desde cartas de foral, de doação, relatos de viagem, descrição da fauna, da flora, etc. Todos conhecemos a riqueza humana desta área geográfica: as crenças da sua gente, os seus costumes, as suas tradições. Mas, de que forma chegam até nós estas informações? Existe uma recolha sistemática de todo este "modus vivendi"? São as fontes documentais acessíveis? A resposta é negativa. Os dados encontram-se dispersos. Existem documentos -- manuscritos (cartas de foral, tombos das freguesias, descrições), notícias em jornais regionais, revistas e monografias -- nem sempre acessíveis ao comum dos interessados.

Quem se debruça sobre esta área vê-se assim obrigado a encetar pesquisas bibliográficas muitas vezes limitadas por um moroso e difícil acesso à documentação: espalhada de Norte a Sul, nem sempre publicada ou consultável. A forma de suprir esta lacuna, facultando aos interessados um fácil e rápido acesso às fontes e uma orientação bibliográfica, traduziu-se na criação do Centro de Informação e Documentação (Dec. Lei nº 519-C/79 de 28 de Dezembro).

Analiseemos de forma esquemática, os objectivos que se propõe seguir:

1. Um dos motivos primordiais da criação do Centro de Informação e Documentação é facultar de um modo eficaz, rápido, económico e exaustivo todo o tipo de informações que lhe sejam requisitadas;

2. Compete-lhe também a PESQUISA DOCUMENTAL:

2.1. manuscritos - iniciou-se uma pesquisa pelos arquivos particulares e públicos recolhendo tudo o que de interesse aí se venha a encontrar. No que se refere ao Arquivo Distrital de Braga, já procedemos ao levantamento sistemático da documentação existente - que será posteriormente colocada à disposição dos utilizadores do C.I.D. - e, é nosso intento proceder do mesmo modo relativamente a todos os outros arquivos. Quanto aos manuscritos existentes na Torre do Tombo e Biblioteca Nacional, temos já conhecimento de alguns - mas ainda não iniciamos um levantamento sistemático.

Pretendemos também vir a percorrer os ricos arquivos e bibliotecas particulares radicadas na área do P.N.P.G.

2.2. monografias e publicações em série - iniciou-se um trabalho de pesquisa bibliográfica, que se pretende exaustivo, e que permitirá ao C.I.D. possuir se não os próprios documentos, pelo menos as referências a estes. Neste momento, após uma pesquisa em diversas bibliotecas - Biblioteca Pública de Braga, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca do Instituto de Antropologia Mendes Correia, Biblioteca Pública Municipal do Porto - possuímos já referências a algumas centenas de títulos cuja temática concerne ou directamente à área do P.N.P.G., ou que indirectamente com esta está relacionada. Convém no entanto salientar que a pesquisa efectuada se limita quase exclusivamente à área de Ciências Humanas, tendo-se deixado para uma fase posterior o levantamento das outras áreas.

Outra vantagem desta pesquisa bibliográfica é a sua utilização para aquisição de documentos. Através das referências bibliográficas que possuímos podemos seleccionar os documentos mais pertinentes a adquirir pelos serviços.

2.3. Material não-livro - este termo genérico engloba postais, mapas, diapositivos, fotografias, peças museológicas e outros. À semelhança do já referido nas monografias e publicações em série, pretendemos iniciar no material não-livro uma pesquisa aturada que nos permita conhecer o que foi e como foi no passado esta vasta área abrangida pelo P.N.P.G.

Neste momento, o P.N.P.G. possui já um razoável núcleo de postais, que se pretende venha a aumentar. Este núcleo é fundamental para analisar a evolução que se produziu ao longo deste século, no traje, nas festas, nos costumes, nos meios de transporte e na toponímia. E, no caso concreto das Termas do Gerês, nos permite conhecer a sua evolução urbana: casas particulares, hotéis, lojas, etc. que tiveram a sua importância em meados do século e que hoje em dia se encontram bastante detiorados ou já não existem, encontramos-os reproduzidos nos postais.

3. BIBLIOTECA - outra das funções do C.I.D. é manter organizada, e ao serviço dos seus utilizadores, uma biblioteca. A sua criação não é uma ideia nova: desde a formação do P.N.P.G. que se fala na sua montagem. No entanto até Dezembro de 1979 a biblioteca consistia num conjunto de livros tratando dos mais diversos assuntos, arrumados numa estante, e deixados ao cuidado de uma funcionária encarregada de ir registando os que lhe eram requisitados. Como vemos estes não sofriam qualquer espécie de tratamento bibliográfico, o que tornava difícil a sua utilização por parte dos utentes.

Com a criação do C.I.D., a biblioteca será organizada e procurar-se-á possuir bibliografia especializada dentro de temas bem delimitados: fauna, flora, minereologia, preservação do património natural e cultural, meio ambiente, arqueologia, história, parques nacionais e ainda todo um conjunto de publicações respeitantes à região em que está inserida (jornais e revistas locais, publicações das câmaras, etc.);

3.1. - Quanto à política de aquisições a biblioteca, após uma selecção preliminar criteriosa, adquirirá todos os manuscritos, livros e periódicos e outros documentos considerados pertinentes. Esta aquisição poderá ser feita não só por compra, mas também por oferta e permuta.

3.2. - Os fundos da biblioteca serão constituídos por livros, publicações em série e também por postais, fotografias, diapositivos, mapas, folhetos e outros que permitam um mais amplo conhecimento das potencialidades do P.N.P.G.

3.2.1. - Quanto à organização das monografias, ainda em fase de arranque, iniciou-se já o seu registo e catalogação, mas só daqui a algum tempo, que se espera breve, será possível aproveitar em pleno todos os frutos de um trabalho que tem agora o seu início.

Por outro lado, a exiguidade do espaço disponível, não permite que o sistema de livre-acesso, que consideramos o mais profícuo, possa oferecer todas as suas potencialidades.

3.2.2. - Também as publicações em série - o P.N.P.G. possui já algumas - estão a ser organizadas. É nosso intento vir a possuir os jornais e revistas publicadas na área do P.N.P.G. - utensílio de trabalho que permitirá aos técnicos do P.N.P.G. manter-se a par dos anseios, projectos e realizações das populações. Para além das atrás referidas procuraremos também possuir as publicações em série consideradas pertinentes pelos utilizadores, e é nosso intento completar as publicações em série já existentes, mas a que faltam alguns exemplares.

3.2.3. - O mesmo se pretende fazer relativamente ao núcleo de postais, diapositivos e fotografias já existentes. Neste momento, o P.N.P.G. possui cerca de 2000 diapositivos, versando os mais diversos temas: fauna, flora, arqueologia, etnologia e outros. Mas, só organizando-os será possível encontrar, com rapidez e eficácia, entre a enorme quantidade já existente, os diapositivos que se pretende seleccionar, sem que para isso tenhamos de os percorrer um a um.

Assim, com a organização dos diversos núcleos - monografias, publicações em série, postais, fotografias, diapositivos, mapas e outros - pretende-se tornar viável uma fácil recuperação de todo este material.

Por exemplo, se determinada colectividade cultural, departamento municipal ou outro, nos pedir elementos sobre a Geira e os marcos miliários com o fim de proceder à sua divulgação, o C.I.D. tem o dever de, a partir das estruturas por si montadas, fornecer uma relação, tanto de livros, como postais, fotografias, diapositivos, etc. que versem o tema perdido. Competirá depois à entidade requisitante escolher, da relação que lhe é apresentada, aquele material de que pretende obter uma cópia.

3.3. - À consulta dos utilizadores serão dispostos diversos tipos de catálogos (ideográfico, onomástico e didascálico) que permitirão uma rápida recuperação da informação e uma fácil consulta por parte dos utilizadores.

3.4. - Para além da consulta dos documentos na própria biblioteca, será também permitido aos utilizadores a consulta domiciliária, estabelecendo-se para tal um sistema de requisições. No caso de documentos que a biblioteca considere impossível saírem dos serviços, ao requisitante será fornecida uma cópia do original ou originais pedidos.

4. MICROFILMES - No caso de não ser possível adquirir uma determinada obra considerada fundamental: ou porque se encontra esgotada ou porque é exemplar único - caso dos manuscritos - o C.I.D. coloca-la-á ao dispor dos seus utilizadores sob forma de microfilme. Assim, toda a informação com interesse referente à área do P.N.P.G. que é de difícil acesso - pela sua raridade, por ser propriedade de particulares, de entidades oficiais ou quaisquer outros motivos, existirá sempre que possível, e a sua importância o justificar, em microfilme.

5. Compete também ao Centro de Informação e Documentação, manter-se a par dos interesses e necessidades concretas dos seus utilizadores, questionando-os sobre a sua linha de investigação específica, e enviando-lhes com regularidade boletins de resumos bibliográficos concernentes ao seu ramo específico. Nestes boletins incluir-se-ão quer as últimas publicações adquiridas pelo C.I.D. quer as obras recebidas por serviços similares. Assim, o C.I.D. conseguirá manter os seus utilizadores ao corrente dos avanços efectuados no campo específico da sua investigação.

6. REVISTA - O Centro de Informação e Documentação pretende vir a criar uma revista que tem como objectivo dar a conhecer as potencialidades e recursos humanos e naturais existentes. Pretende-se que possua trabalhos de diversa ordem, desde os que versam espécies botânicas, zoológicas ou mineralógicas até aos que se debruçam sobre problemas ecológicos, arqueológicos, antropológicos, etc.

Outro dos objectivos será a publicação parcelar ou integral de documentos inéditos de reconhecido mérito científico que estejam na posse de particulares ou de organismos oficiais, mas de difícil acesso para a maioria dos interessados.

Pretende-se também com esta Publicação sensibilizar as entidades locais e nacionais, bem como a população em geral, para a necessidade de preservação deste rico património natural e cultural que é o Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Após esta breve abordagem resta-nos afirmar que, ainda em fase de arranque - as suas infraestruturas estão a ser montadas - o Centro de Informação e Documentação espera vir a servir num futuro próximo, todos aqueles que, de um modo ou de outro, pretendam obter dados documentais sobre a área geográfica abrangida pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Isabel Maria Fernandes

(Centro de Informação e Documentação)

ABRIL 1980

Organizado por:
Grupo Ecológico da ESBAP

Com o apoio do:
Parque Nacional da Peneda-Gerês

subsidiado por:
Direcção-Geral da Acção Cultural